

Verba para área social é mantida

Governo envia hoje ao Congresso o Orçamento do ano 2000 e o projeto Avança Brasil

Roberto Stuckert Filho/10-8-99

Leandra Peres e Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA

O Orçamento do ano 2000, que o presidente Fernando Henrique Cardoso envia hoje ao Congresso junto com o Plano Plurianual, rebatizado de Avança Brasil, prevê que os gastos sociais do Governo em 2000 aumentarão, ficando em R\$ 33 bilhões, incluindo verbas para saúde, educação, assistência social, saneamento e habitação. Este ano a estimativa é que essas despesas fiquem em torno de R\$ 25 bilhões. A diferença será obtida pelo aumento de receita decorrente da prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda e do adicional da contribuição sobre o lucro, de 8% para 12%, cobrada das empresas, que deveria terminar em dezembro. Essas medidas devem também garantir o superávit primário (receitas menos despesas do Governo, excluindo os gastos com pagamento de juros) prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

O plano prevê, ainda, gastos de quase R\$ 60 bilhões com o pagamento de juros da dívida federal em 2000. Os gastos com juros são 71% maiores do que a verba prevista para investimentos, manutenção da máquina administrativa, saúde e educação em 1999. Equivalem a mais da metade dos R\$ 112 bilhões que presidente anunciou em gastos sociais nos próximos quatro anos.

Dívida maior leva a mais gasto com juros

• Para 1999, o Governo reservou R\$ 36,7 bilhões para pagar juros sobre os títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro. O aumento de 63,5% nos gastos com juros para o ano que vem é explicado pelo aumento do volume da dívida. No Orçamento de 1999, o Governo havia previsto terminar o ano com R\$ 372,5 bilhões em papéis no mercado. No entanto, essa previsão se mostrou equivocada e a dívida já estava em R\$ 434,1 bilhões em julho.

Essa diferença é resultado do impacto da desvalorização do real sobre os títulos indexados ao câmbio, do aumento da taxa de juros nos primeiros meses do ano e da inflação em relação ao previsto quando o Orçamento de 1999 foi elaborado. Além disso, o Governo também continua o processo de federalização das dívidas estaduais, o que deve aumentar o total dos débitos da União em R\$ 45 bilhões em 1999, segundo estimativa do Orçamento.

O aumento dos gastos com o pagamento de encargos financeiros não significa, porém, que a taxa de juros em 2000 fique acima da deste ano. Para preparar a proposta de Orçamento, a equipe econômica prevê que a taxa média de juros será de pouco mais de 15% no ano que vem. Este ano, a previsão foi de 22%.

Meta é ter R\$ 28,5 bi de superávit primário

• A proposta de Orçamento foi preparada para garantir a meta de superávit primário (receitas menos despesas, excluindo gastos com juros) acertada com o FMI. Para 2000, a meta é de um superávit de 2,65% no Produto Interno Bruto (PIB), o que equivale a cerca de R\$ 28,5 bilhões para o Governo (Tesouro, Previdência e Banco Central). A previsão de inflação para 2000 é de 6% e a de crescimento do PIB é de 4%. O Orçamento em vigor foi elaborado com estimativas de 2% de inflação e de crescimento zero.

Pela primeira vez, o Orçamento federal foi elaborado com base num estudo sobre o potencial de desenvolvimento de cada região do país e as obras necessárias para viabilizar o crescimento. Esse trabalho, concluído durante a gestão do atual ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, no Ministério do Planejamento, foi discutido com todos os governadores. Mesmo assim, o programa de investimentos poderá gerar descontentamentos, porque favorece as regiões do Centro e do Noroeste do país.



PEDRO PARENTE: hoje chefe da Casa Civil, foi o responsável pela elaboração do plano quando era ministro de Orçamento